

## Deputados socialistas debatem Reforma Previdenciária com ministro Meirelles

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta terça-feira (14) que as despesas com benefícios previdenciários crescem de forma insustentável o que, segundo ele, demonstra a necessidade da reforma no atual sistema. Meirelles, que participou da reunião da Bancada do PSB na Câmara, tem reiterado enfaticamente essa questão, ao afirmar que o déficit da Previdência chega a R\$ 180 bilhões.

Durante o debate, que também contou com a presença do secretário da Previdência Social do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, os parlamentares socialistas demonstraram preocupação com o impacto das alterações propostas pelo Governo na vida da população, especialmente a mais carente, e dos trabalhadores rurais. Também questionaram investimentos em programas sociais e defenderam que a reforma aconteça com base no diálogo.

Os números apresentados por Meirelles mostram que, sem as modificações no sistema da Previdência, os gastos do Governo com o pagamento de benefícios podem chegar a mais de 17% do Produto Interno Bruto (PIB) em algumas décadas. Atualmente, esse percentual é de 8,1%. "Existe o argumento de que todas as receitas vinculadas à seguridade, menos as despesas, resulta em um superávit. Esse argumento não procede, já que considera todas as receitas da seguridade social, mas coloca na conta apenas gastos com previdência."



Henrique Meirelles detalhou aspectos envolvidos na proposta encaminhada à Câmara dos Deputados

Ainda segundo o ministro, o aumento da expectativa de vida do brasileiro é motivo de comemoração, mas também de alerta já que significa mais tempo de aposentadoria. "A conta está cada vez maior, e a questão é como conseguiremos arcar com essa despesa. A reforma irá evitar que o déficit continue a crescer", defendeu Meirelles ao manifestar preocupação com a possível dificuldade de pagamento de benefícios no futuro.

A líder do PSB, Tereza Cristina (MS), pediu ao ministro que discutisse com o Governo a possibilidade de estender o prazo de análise e debate da matéria, dado impacto que as medidas terão na vida dos brasileiros. "Peço que o senhor leve ao Governo a possibilidade de aumentar o prazo para a apresentação de emendas e para o maior debate com a sociedade. Não só a nossa bancada, mas outras lideranças se sentirão mais confortáveis em aprovar a maté-

ria se prolongarmos um pouco mais o debate."

**PEC** - Encaminhada ao Congresso Nacional em 2016, a Proposta de Emenda à Constituição que altera o sistema previdenciário brasileiro (PEC 287/16) é motivo de ampla discussão. Entre as mudanças apresentadas, a PEC estabelece nova idade mínima e tempo de contribuição para o direito à aposentadoria, além de novas regras também para o trabalhador rural.

Henrique Meirelles afirmou também que a reforma irá gerar queda nas taxas de juros e a possibilidade de novos investimentos. "Definimos o teto dos gastos públicos, aprovado recentemente. Esse teto trouxe maior segurança de que o Brasil está em trajetória sustentável. Mas, sem a reforma previdenciária, e com a evolução das despesas da previdência como está, em dez anos, já não teremos mais espaço para outros gastos."

### Comércio Exterior

Ao lado da bancada capixaba, Paulo Foletto discute importação de café

2

### Agricultura

Colegiado presidido por Tereza Cristina debate área de defensivos fitossanitários

3

### Sessão Solene

Câmara celebra o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

4

Comércio Exterior

## Paulo Foletto busca entendimento para evitar importação do café conilon



Socialista defende que liberação do produto estrangeiro prejudicaria o setor produtivo nacional

Na última semana, deputados e senadores da bancada capixaba buscaram, mais uma vez, o entendimento com o Governo Federal para impedir a importação de café conilon. No último mês, a Câmara de Comércio Exterior (Camex), órgão do Governo Federal, autorizou a importação de café conilon por parte de empresas brasileiras no período de fevereiro a maio. A maior parte virá do Vietnã, principal concorrente capixaba no mercado internacional de café.

O deputado Paulo Foletto (PSB-ES) defende, de forma enfática, que uma possível liberação do produto estrangeiro prejudicaria o setor produtivo nacional. Desta vez, o encontro foi com o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Pereira, no Palácio do Planalto.

De um lado, a indústria alega que não há, no mercado

interno, produto suficiente para o beneficiamento.

Desta forma, a bancada capixaba e parlamentares de outros estados se colocaram à disposição para provar que a produção nacional é suficiente para abastecer o mercado interno. Os parlamentares já protocolaram no Ministério da Agricultura comprovação do estoque brasileiro, mesmo assim, se prontificaram a fazer um levantamento juntamente com o Governo e os representantes da indústria.

Para Foletto, o objetivo é manter a vigilância e evitar de forma definitiva que a importação seja autorizada. “O Governo propôs encontro entre a bancada e os representantes das empresas. Vamos comprovar que temos café. Espero que o Governo use o bom senso e impeça a importação que prejudicará milhares de produtores.”

## Curtas



Com o tema Biomas Brasileiros e Defesa da Vida, a Campanha da Fraternidade de 2017 foi homenageada, nesta segunda-feira (13), em Sessão Solene na Câmara dos Deputados. Atuante na ação, o deputado federal **Flavinho (PSB-SP)** pediu a participação do Legislativo no enfrentamento a esta questão tão necessária a todos os brasileiros. “Além das igrejas, o debate deve ser feito aqui nesta Casa, em escolas, universidades, comunidades, para que alcance a sociedade como um todo. Quanto tratamos dos biomas tratamos da dignidade da pessoa humana. Este é o ponto central da doutrina social”, acrescentou o socialista. O Brasil possui seis biomas, Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal.



O dia 27 de março poderá passar a ser o Dia Nacional de Bandas e Fanfarras. É o que prevê o Projeto de Lei nº 7.078/2017 apresentado pelo deputado federal **Severino Ninho (PSB-PE)**. O socialista argumenta que a presença de bandas e fanfarras nas escolas brasileiras, além de tradição, é instrumento importante para a vida escolar, como também de iniciação à profissionalização musical e formação cultural. “No nosso País, os festivais de bandas e fanfarras são realizados de norte a sul, com participação e disputa acirrada entre os jovens. Os maestros, em sua maioria, prestam serviços sem remuneração e, mesmo assim, não perdem o entusiasmo pelo que fazem”, destaca o socialista.

Acompanhe as últimas novidades do PSB também pelo nosso site.



Como fazer?

Instale um leitor de QR Code no seu smartphone, Ipad ou Ipod Touch; Com o leitor, posicione o celular a centímetros de distância do código até que ele visualize toda a barra; Fotografe o código e espere a página abrir no seu navegador.

## Agricultura

# Tereza Cristina debate atraso do Brasil na área de defensivos fitossanitários

Google Imagens



**A** comissão especial que analisa a regulamentação de defensivos fitossanitários (PL nº 6299/02) promoveu, na última quarta-feira (8), audiência pública para debater a disponibilidade e a utilização desses produtos no contexto de pequenas culturas, chamadas “*minor crops*”. Na opinião da presidente da comissão e requerente da reunião, deputada e líder do PSB, Tereza Cristina (MS), a legislação brasileira no que referente ao assunto está velha e precisa ser modernizada.

“Principalmente no que diz respeito ao registro desses produtos. Precisamos saber se esse cuidado excessivo das autoridades é bom ou se atrapalha”. Ainda segundo a líder socialista, é de extrema importância contar com exemplos do que outras nações pelo mundo andam fazendo em relação ao tema. “Hoje, também vamos tratar da responsabilidade necessária para usar tais ‘medicamentos’ e vamos ouvir autoridades extremamente capacitadas”, completou.

Uma dessas autoridades é o diretor-executivo de Registro e Avaliações da Autoridade de Pesticidas e Medicamentos Veterinários da Austrália, Alan Norden. Ele destacou a agilidade dos procedimentos para o registro de produtos

em seu país. “Em nosso sistema de registro, o processo demora no máximo oito meses, cujo pedido pode ser feito, inclusive, por um aplicativo em meu próprio aparelho celular”, afirmou.

Também participaram o diretor-associado do Projeto IR-4, focado em soluções para o manejo de pragas em pequenas culturas, vinculado à Universidade Estadual de New Jersey (EUA), Daniel Kunkel, e o diretor do Departamento de Agricultura e Agro Alimentos do Canadá (AAFC), Marcos Alvarez.



Líder do PSB é a presidente da Comissão Especial

## Comissão Especial

### JHC propõe atualização do Regimento Interno da Câmara dos Deputados

No começo de março, o deputado JHC (PSB-AL) apresentou requerimento para criação de Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno com a finalidade de apresentar Projeto de Resolução de Reforma do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. “Nosso Regimento Interno é o estatuto que rege, conjugado com a Constituição, todo o processo legislativo no âmbito da Câmara. Tal papel essencial demanda a sua constante atualização, para que sempre esteja em sincronia com as rápidas mudanças sociais, econômicas e políticas da sociedade”, justifica o parlamentar.

Para o socialista, o Regimento permite a utilização indevida de uma série de procedimentos que estão previstos de forma desviada de sua finalidade original, o que gera demora na reposta que o Parlamento deve dar aos cidadãos. Além disso, existem diversos requerimentos de procedimento, que compartilham objetivos iguais ou semelhantes, que são utilizados de forma continuada e repetitiva com o objetivo de postergar ao máximo a aprovação de matérias que já contam com votos suficientes para sua aprovação.

“Esta prática de procrastinar a votação de mérito, ao invés de garantir às minorias legislativas o direito de voz e participação ativa na atividade legislativa, causa excessivo gasto de recursos à Casa e ainda prejudica a atuação dos próprios deputados”, argumenta JHC. Segundo o socialista, esta reforma aprimorará o processo de votação sem restringir o debate.

## Janete e Bebeto homenageiam combatentes do trabalho escravo

Google Imagens



O Brasil celebra todo dia 28 de janeiro o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e o Dia do Auditor-Fiscal do Trabalho. Na última sexta-feira (10), a Câmara dos Deputados realizou Sessão Solene para comemorar a instituição desta data no calendário brasileiro como forma de lembrar a importância dos auditores fiscais de todo Brasil. A solenidade foi proposta pelos parlamentares socialistas Bebeto Galvão (BA) e Janete Capiberibe (AP).

A atuação do auditor fiscal é diretamente ligada à erradicação do trabalho escravo, ainda persistente em diversas regiões brasileiras. A data passou a ser celebrada em 2009, em homenagem ao assassinato dos auditores fiscais do trabalho Erastóstenes de Almeida Gonçalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva, e o motorista Ailton Pereira de Oliveira, mortos em 2004, quando apuravam denúncia de trabalho escravo na zona rural de Unaí (MG).

Durante a Sessão, Janete Capiberibe saudou familiares das vítimas de Unaí e reforçou a ne-

cessidade do combate às condições análogas à escravidão que tantas pessoas ainda sofrem no País. “Fomos o último País ocidental a abolir oficialmente a escravidão mas, na prática, ela ainda existe. Temos que trabalhar na criação de leis com maiores punições e que de fato sejam postas em prática”, argumenta.

“Fomos o último País ocidental a abolir a escravidão, mas na prática ela ainda existe”

*Deputada Janete Capiberibe*

A parlamentar parabenizou a excelente atuação dos auditores fiscais do trabalho que, entre 2005 e 2016, resgataram mais de 50 mil trabalhadores em condições análogas ao trabalho escravo. “Temos que unir forças para acabar com essa realidade. E o primeiro passo é rejeitar propostas que prejudiquem o trabalhador”, finalizou.

Nesse sentido, o Procurador do Trabalho e Coordenador Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, Tiago Muniz, chamou atenção para a necessidade de

reprovação de propostas em tramitação no Congresso que delimitam o conceito de escravidão contemporânea. “Outro grande desafio é resgatar a lista suja do trabalho escravo, ainda não disponibilizada pelo Ministério do Trabalho”, acrescentou.

A lista suja contém nomes de empregadores flagrados utilizando trabalho análogo à escravidão. O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a relação em 2014, mas já deveria ter sido reativada em 2015. O documento é considerado pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), modelo de combate à escravidão contemporânea em todo o mundo.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho escravo apresenta características bem delimitadas. Além das condições precárias, como falta de alojamento, água potável e sanitários, ocorre o cerceamento do direito de ir e vir pela coação de homens armados. Os trabalhadores são forçados a assumir dívidas crescentes e intermináveis com alimentação, despesas e ferramentas usadas no serviço.